



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira - Saúde dos povos indígenas

Conforme consta no texto da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, para que esta seja implementada, “requer a adoção de um modelo complementar e diferenciado de organização dos serviços - voltados para a proteção, promoção e recuperação da saúde -, que garanta aos índios o exercício de sua cidadania nesse campo.” A negação desse direito de atenção à saúde, reforça cada vez mais o desrespeito, a discriminação e o preconceito muito presentes em nossa sociedade com relação à população indígena. O enfrentamento dessa situação e de outras questões é uma pauta cotidiana na vida desse povo.



Além disso, os dados de 2019 do Relatório da violência contra os povos indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) concluem que houve um desrespeito ao que foi instituído como Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, seja impedindo gradativamente a presença indígena nos espaços de participação, planejamento, execução e controle da política de saúde; como rompendo com uma política pautada pela autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), que é base do sistema. Saiba mais na entrevista com Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e no testemunho de Paula Oliveira, indígena do povo Laklãnō Xokleng.

ENTREVISTA COM: Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Sabemos que a população indígena é vítima de preconceito e muita discriminação. Querem apagar seus valores culturais. Como o CIMI vê essa questão?

O CIMI - Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CIMI foi fundado em 1972. Em 1972, existiam no Brasil apenas 150 mil índios. Esses índios viviam em um processo de violência e o projeto era dizimá-los. Um projeto colonial, um projeto preconceituoso de desrespeito e de violência. O CIMI, com várias outras instituições, passaram a apoiar esses povos. Depois, eles passaram a aparecer para a sociedade brasileira e, em 1988, na Constituição Federal, eles conquistaram dois artigos na Constituição. E o número de povos indígenas e de indígenas cresce. Hoje, já são mais de 900 mil, mais de 302 povos indígenas no Brasil. Nós somos muito gratos a eles, a essa resistência de nunca ter se deixado dizimar.

Quais os impactos da falta de cumprimento da legislação em relação aos povos indígenas?

A lei maior do país, que é a Constituição, protege os povos indígenas. Tem dois Artigos na Constituição que concebe a existência dos povos indígenas a partir das suas culturas e das suas tradições. A saúde dos povos indígenas também têm um decreto específico sobre ela. A educação do mesmo jeito, e a demarcação dos seus territórios também. Portanto, tudo está na lei, mas o Estado brasileiro, ao não demarcar os seus territórios, ao não efetivar políticas públicas, saúde e educação coloca os povos indígenas em situação constante de conflito. Portanto, o descumprimento a essa legislação tem levado os povos indígenas a um constante processo de violência. Os povos indígenas, hoje, têm que viver em suas aldeias e fora delas lutando para que se cumpra o que está na lei.

Recentemente, foi lançado o relatório que apresenta a violência contra os povos indígenas no Brasil, com dados de 2019. Como se dá essa violência?

O CIMI – Conselho Indigenista Missionário, anualmente, lança um relatório de violência contra os povos indígenas. A cada ano o relatório fica maior. Ele fica mais denso, com mais páginas, porque a violência cada vez mais aumenta. E essa violência ela se dá devido a esse desrespeito, ao preconceito, a falta de diálogo e de compromisso. E o índio é insistentemente lançado a esse processo de violência. Essa violência se dá no dia a dia, na falta de água, na falta de energia, falta de escola, falta de atendimento médico e, muitas vezes, até

assassinatos, espancamentos, ameaças. É constante, em todo o Brasil, diariamente.

Como é o acesso das comunidades indígenas aos serviços de saúde?

A saúde indígena no Brasil é concebida através de um subsistema do SUS, que oferece a especificidade da saúde indígena através da lei Arouca. A saúde indígena é também compartilhada com o próprio indígena. É concebido o controle social. É estabelecido os distritos sanitários indígenas, de saúde indígena, da qual os indígenas participam. E lá, eles discutem as formas de aplicação dos recursos e também quais são as prioridades. Esse sistema tem que funcionar. Infelizmente, em muitas regiões, ele não funciona. Muitos indígenas padecem de enfermidades e morrem por falta de assistência, principalmente as crianças.

Como é a realidade na prevenção e no combate à Covid-19 nas comunidades indígenas?

Quando o coronavírus chegou ao Brasil, o primeiro passo foi fechar os territórios. Eles mesmo fecharam. Ninguém saía e ninguém entrava. Essa foi a primeira medida para que eles se protegessem do coronavírus, da Covid-19. Foram então agilizadas várias campanhas pela sociedade civil organizada, pelas igrejas, pelos sindicatos para que os índios permanecessem em seus territórios, para que não saíssem. No primeiro momento, funcionou, mas depois os índios tiveram que sair para ter acesso inclusive a alguns recursos. Eles estão fazendo a parte deles, estão se protegendo, estão evitando, mas, infelizmente, eles não podem ficar o tempo todo sem sair. Porque precisam de alimentos, precisam de ajuda.

Quais são as principais reivindicações dos povos indígenas?

A principal reivindicação dos povos indígenas no Brasil, isso em todas as regiões, é a regularização de seus territórios. Os povos indígenas têm na terra, nos seus territórios, fonte de vida. E ali se dá o fortalecimento da sua cultura, das suas formas e práticas religiosas, os seus mitos e as suas tradições. Os seus territórios são sagrados. As outras reivindicações também dependem desse território, que são a saúde, a educação, suas formas produtivas e o respeito, mas o principal é eles estarem no seu território.

Por que muitos setores da sociedade continuam ignorando a realidade e o drama dos povos indígenas?

A história do povo brasileiro é uma história sempre de subalternidade, a qual o senhor do engenho, o senhor da senzala, o senhor do aldeamento se considerava superior. Precisamos valorizar o índio, pois ele, ao contrário, se valoriza. Ele vive a sua cultura, ele valoriza a sua comunidade, ele valoriza os jovens, as crianças, a

mulher. Não existem grandes diferenças sociais entre eles, não existe criança desabrigada, criança abandonada. Não existe propriedade, não existem cercas. Existe um povo e a comunidade e essa relação com a sociedade também se dá nessa forma, ele colocando seus valores, principalmente valores de respeito, valores democráticos, valores universais, de considerar o ser humano.

O que os indígenas podem nos ensinar sobre o respeito e o equilíbrio para com todas as formas de vida no Planeta?

Um território indígena é considerado também uma área de preservação. Mais do que preservar uma biodiversidade, que são os animais, os bichos que vivem nos rios, as árvores, os insetos, é preservar o ser humano, uma cultura. Então, o território indígena preserva tudo isso. Portanto, devemos lutar para apoiar os povos indígenas na sua luta pela regularização de seus territórios, para que eles se mantenham em seus territórios, para que eles sobrevivam em seus territórios, para que eles mantenham as suas culturas. Faz bem ao planeta. Faz bem a essa casa comum, como nos diz o Papa Francisco. Então, mudemos de ideia, mudemos de postura e lutemos por um planeta saudável, uma casa comum. Juntos.

**(MENSAGEM): Irmã Veneranda da Silva Alencar,
Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.**

Qual é o trabalho da Pastoral da Criança nas comunidades indígenas?

A Pastoral da Criança busca marcar presença em várias comunidades indígenas. Temos também lideranças indígenas que fazem o trabalho da Pastoral da Criança em suas próprias aldeias. Esse trabalho é muito importante, porque as gestantes e crianças indígenas podem ser muito vulneráveis a diversas doenças e situações adversas, como a desnutrição e a carência de recursos de saúde. Então, nossa missão, como Pastoral da Criança é, primeiro, respeitar cada cultura de cada povo indígena, ouvir o que os índios têm a nos dizer e de que forma eles acham que podemos colaborar. Depois, somamos esforços para estar ao lado deles, apoiando e fortalecendo suas justas reivindicações para as melhorias necessárias para a saúde e bem-estar dos povos indígenas.

TESTEMUNHO: Paula Oliveira, do povo indígena Laklãõ Xokleng, de José Boiteux, Santa Catarina.

Como os líderes indígenas da Pastoral da Criança realizam seu trabalho nas comunidades?

Fazemos o acompanhamento de cada criança nas suas casas, orientamos sobre os cuidados delas e sobre os cuidados com a Covid-19. Orientamos sobre alimentação saudável. Enfrentamos vários obstáculos aqui dentro. Várias coisas da saúde deixam a desejar, deixam de olhar o povo Xokleng, o povo indígena. Não temos aquele olhar voltado para o povo indígena, para as crianças indígenas e tentamos buscar isso pela Pastoral da Criança, porque é preciso olhar para as crianças.

(MENSAGEM): Padre Antônio Rogério, Assessor da Pastoral da Criança da Diocese de Afogados da Ingazeira, Pernambuco.

Olá, meu querido ouvinte desse nosso programa. Que alegria poder nos lembrar aquilo que é o Lema da Pastoral da Criança: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância.” Nesse sentido, todos somos convidados a sermos esses protagonistas da vida nesse novo tempo. Que a gente consiga, realmente, cada vez mais, enriquecer o mundo de pessoas que estão à disposição e ao serviço da vida.